

## INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

### **Josenilton Garcia Machado**

Especialista em metodologia do Ensino de História.

<http://lattes.cnpq.br/8265380879659372>

<https://orcid.org/0009-0002-8362-5884>

E-mail: machadohist@yahoo.com.br

### **Irna De Paula Siqueira Machado**

Especialista em Educação Especial. Pedagoga.

<https://orcid.org/0009-0005-2853-6565>

E-mail: paula10sim@gmail.com

### **Joana Célia Silva Ferreira**

Especialista. Pedagoga.

<http://lattes.cnpq.br/2201867247701272>

<https://orcid.org/0009-0000-9623-1580>

E-mail: celias2514@gmail.com

### **Milvio Da Silva Ribeiro**

Doutor em Geografia. Pedagogo; Geógrafo.

<http://lattes.cnpq.br/9542173320344070>

<https://orcid.org/0000-0002-1118-7152>

E-mail: milvio.geo@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2025.EE-12>

**RESUMO:** A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como um desafio central às políticas públicas educacionais e à consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Embora a garantia de acesso à instituição escolar represente avanço fundamental no âmbito dos direitos humanos, a permanência, a participação efetiva e a aprendizagem significativa desse público permanecem limitadas por barreiras de natureza pedagógica, institucional e atitudinal. Diante desse cenário, o presente estudo tem por objetivo analisar as evidências científicas disponíveis sobre a inclusão de estudantes com TEA na EJA, com vistas a identificar os principais entraves, as estratégias pedagógicas pertinentes e as lacunas existentes na produção do conhecimento. Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, realizada com base em protocolo sistemático que orientou as etapas de busca, seleção, avaliação e síntese dos estudos empíricos e teóricos elegíveis. Foram analisadas quatro publicações compreendidas no período de 2020 a 2026, selecionadas conforme critérios pré-definidos de inclusão e exclusão. Os achados foram organizados em quatro categorias temáticas: os desafios à efetivação da inclusão; a formação docente e as práticas pedagógicas desenvolvidas; a acessibilidade, as tecnologias assistivas e a mediação no processo de ensino e aprendizagem; e as contribuições da literatura analisada para o fortalecimento da educação inclusiva na modalidade EJA. Os resultados revelam consenso entre os estudos quanto à imprescindibilidade de fortalecimento das políticas

públicas voltadas à inclusão, à formação continuada e específica dos profissionais da educação, à flexibilização e adaptação curricular e à adoção de modelos de gestão escolar participativa e colaborativa. Constatou-se, ademais, a escassez de investigações científicas que abordem de forma específica a trajetória de estudantes com TEA na EJA, o que caracteriza uma relevante lacuna na área. Conclui-se que a efetivação de uma educação inclusiva e de qualidade nessa modalidade de ensino requer a articulação sistemática entre políticas educacionais, gestão democrática da escola, formação docente e reorganização das práticas pedagógicas, de modo a consolidar ambientes de aprendizagem acessíveis, equitativos e alinhados ao princípio do direito à educação ao longo de toda a vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Jovens e Adultos. Transtorno do Espectro Autista. Educação Inclusiva. Revisão Integrativa. Práticas Pedagógicas.

### **INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW**

**ABSTRACT:** The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Youth and Adult Education (YAE) represents a core challenge for educational public policies and the consolidation of inclusive pedagogical practices. While guaranteeing access to educational institutions constitutes a fundamental advance in the field of human rights, the continued participation, effective engagement, and meaningful learning of this group remain limited by pedagogical, institutional, and attitudinal barriers. Given this context, the present study aims to analyze available scientific evidence on the inclusion of students with ASD in YAE, to identify the main obstacles, relevant pedagogical strategies, and gaps in existing knowledge production. This is an Integrative Literature Review, conducted based on a systematic protocol that guided the stages of searching, selecting, evaluating, and synthesizing eligible empirical and theoretical studies. Four publications from the period 2020 to 2026 were analyzed, selected according to predefined inclusion and exclusion criteria. Findings were organized into four thematic categories: challenges to implementing inclusion; teacher training and developed pedagogical practices; accessibility, assistive technologies, and mediation in the teaching-learning process; and contributions from the analyzed literature to strengthening inclusive education in the YAE modality. The results show consensus across studies regarding the essential need to strengthen public policies focused on inclusion, provide ongoing and specialized training for education professionals, ensure curriculum flexibility and adaptation, and adopt participatory and collaborative school management models. Furthermore, there is a scarcity of scientific research specifically addressing the educational trajectories of students with ASD in YAE, which constitutes a significant gap in this field. It is concluded that achieving high-quality inclusive education in this teaching modality requires systematic articulation between educational policies, democratic school management, teacher training, and the restructuring of pedagogical practices, to establish accessible, equitable learning environments aligned with the principle of lifelong right to education.

**KEYWORDS:** Youth and Adult Education. Autism Spectrum Disorder. Inclusive Education. Integrative Review. Pedagogical Practices.

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais paradigmas orientadores das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se na defesa do direito universal à educação, no reconhecimento da diversidade humana e na promoção da equidade. Esse movimento representa uma ruptura em relação aos modelos tradicionais de escolarização, historicamente marcados por práticas excludentes e segregadoras, passando a postular que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, possuem direito de acesso a ambientes educacionais comuns, dotados de condições adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

No contexto brasileiro, a consolidação desse paradigma foi impulsionada por um arcabouço normativo relevante, entre os quais se destacam a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses dispositivos reafirmam que a educação deve assegurar acesso, permanência, participação e aprendizagem a todos os estudantes, superando abordagens centradas exclusivamente nas limitações individuais e direcionando esforços para a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais.

Entre os públicos contemplados pelas políticas inclusivas, destacam-se as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), cujo reconhecimento legal como público-alvo da Educação Especial ampliou significativamente as discussões relativas a práticas pedagógicas, formação docente, acessibilidade curricular e organização escolar. Paralelamente ao avanço da legislação, observa-se crescimento da produção científica voltada à escolarização de pessoas autistas, sobretudo na educação básica. Entretanto, quando o foco se desloca para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), verifica-se uma produção científica ainda incipiente, revelando lacunas importantes acerca das especificidades da inclusão desse público nessa modalidade de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos ocupa posição estratégica no sistema educacional brasileiro ao assegurar oportunidades de escolarização para sujeitos que tiveram seus percursos educativos interrompidos por fatores econômicos, sociais, culturais ou

peçoais. Mais do que uma política compensatória, a EJA constitui espaço de formação humana, emancipação social e exercício da cidadania, reconhecendo os saberes produzidos ao longo da trajetória vital e valorizando as experiências dos estudantes. Nesse cenário, a presença crescente de jovens e adultos com TEA desafia as instituições escolares a reorganizarem seus currículos, metodologias, práticas avaliativas e processos de gestão, de modo a atender às diferentes formas de aprendizagem presentes nas salas de aula.

Embora os avanços normativos tenham ampliado o acesso de estudantes com TEA à educação, a literatura evidencia que a efetivação da inclusão permanece condicionada a múltiplos fatores, entre eles a formação inicial e continuada dos professores, a disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis, a utilização de metodologias inclusivas, o fortalecimento das políticas públicas e a construção de culturas escolares comprometidas com a valorização da diversidade. Esses elementos demonstram que a inclusão educacional transcende a garantia da matrícula, exigindo condições institucionais que assegurem a participação ativa e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse contexto, torna-se necessária a sistematização das evidências científicas produzidas sobre a temática, permitindo identificar consensos, lacunas do conhecimento e perspectivas para o aprimoramento das práticas educativas. A revisão integrativa configura-se como método pertinente para reunir, avaliar e sintetizar resultados de pesquisas desenvolvidas em diferentes contextos, proporcionando uma compreensão abrangente do estado do conhecimento sobre o fenômeno e subsidiando a formulação de políticas, práticas pedagógicas e novas investigações.

Diante desse cenário, a presente revisão integrativa foi orientada pela seguinte questão norteadora: quais evidências científicas têm sido produzidas acerca dos desafios e das possibilidades pedagógicas para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Educação de Jovens e Adultos?

Assim, o estudo tem como objetivo analisar criticamente a produção científica nacional e internacional sobre a inclusão de estudantes com TEA na Educação de Jovens e Adultos, identificando os principais desafios, estratégias pedagógicas, práticas

inclusivas e lacunas existentes na literatura. Ao sintetizar o conhecimento disponível, pretende-se contribuir para o fortalecimento das políticas públicas, da formação docente e da construção de práticas educacionais comprometidas com a equidade, a acessibilidade e a garantia do direito à educação.

## METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma Revisão Integrativa da Literatura, método que permite reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas sobre determinado tema, proporcionando uma compreensão abrangente do conhecimento produzido.

A revisão foi desenvolvida conforme as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): definição da questão norteadora, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, busca na literatura, seleção dos estudos, extração das informações, análise crítica e síntese dos resultados.

A questão norteadora da pesquisa foi: quais são as evidências científicas sobre os desafios e as possibilidades pedagógicas para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Educação de Jovens e Adultos?

As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Portal de Periódicos CAPES, ERIC, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Scholar, utilizando os descritores controlados "Educação de Jovens e Adultos", "Transtorno do Espectro Autista", "Educação Inclusiva" e "Práticas Pedagógicas", combinados pelos operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos científicos, dissertações, teses e documentos publicados entre 2020 e 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem a inclusão de estudantes com TEA na Educação de Jovens e Adultos. Foram excluídos estudos duplicados, resumos, editoriais, comunicações breves, trabalhos sem acesso ao texto completo e publicações que não apresentassem relação direta com a temática investigada.

Após a seleção, os estudos foram submetidos à leitura integral e à análise temática, com base na qual foram organizados em categorias analíticas que permitiram identificar

os principais desafios, práticas pedagógicas, estratégias de inclusão e contribuições da literatura para a efetivação da educação inclusiva na EJA.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estratégia de busca e seleção resultou na inclusão de quatro estudos que atenderam aos critérios de elegibilidade previamente estabelecidos. As pesquisas selecionadas foram publicadas entre 2020 e 2026 e abordam a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob diferentes perspectivas analíticas, incluindo mediação pedagógica, formação docente, permanência escolar, tecnologias assistivas, Desenho Universal para a Aprendizagem e políticas públicas de inclusão.

Quanto ao delineamento metodológico, observou-se predominância de estudos qualitativos e revisões da literatura, havendo apenas uma investigação quantitativa. Essa configuração evidencia que a produção científica sobre a temática ainda se concentra na reflexão teórica e na análise documental, permanecendo relativamente escassas as pesquisas empíricas desenvolvidas especificamente no contexto da EJA.

## CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO INTEGRATIVA.

| AUTOR/<br>ANO      | OBJETIVO                                                                                                                                              | MÉTODO                                                        | PRINCIPAIS<br>RESULTADOS                                                                                                                      | CONTRIBUIÇÕES<br>PARA A REVISÃO                                                                                |
|--------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Iraha,<br>(2026)   | Investigar a relação entre a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), a EJA e a educação inclusiva, propondo a Mediação Comportamental Crítica (MCC). | Revisão integrativa qualitativa.                              | Identificou lacunas na aplicação pedagógica da ABA na EJA e propôs a MCC estruturada em dimensões empírica, reflexiva, ética e emancipatória. | Apresenta modelo teórico-metodológico para qualificar práticas inclusivas e processos formativos docentes.     |
| Montele,<br>(2025) | Analisar os fatores associados à evasão de estudantes com TEA na EJA da rede pública do Maranhão.                                                     | Pesquisa quantitativa com 32 educadores e gestores escolares. | Apontou a insuficiência de recursos adaptados, a formação docente específica deficitária, barreiras sociais e                                 | Evidencia a correlação entre permanência escolar, políticas institucionais e suporte pedagógico especializado. |

|                 |                                                                                                                        |                                                |                                                                                                                                                                       |                                                                                             |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
|                 |                                                                                                                        |                                                | vulnerabilidade socioeconômica como fatores determinantes da evasão.                                                                                                  |                                                                                             |
| Santos, (2026)  | Analisar as contribuições do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) para a inclusão de estudantes com TEA na EJA. | Revisão narrativa da literatura.               | Demonstrou que o DUA amplia a participação, a acessibilidade e a aprendizagem por meio de múltiplas formas de engajamento, representação e expressão do conhecimento. | Oferece referencial teórico-prático para o planejamento curricular inclusivo na modalidade. |
| Cananéa, (2020) | Analisar o arcabouço jurídico do direito à educação inclusiva e a relevância da mediação escolar especializada.        | Pesquisa bibliográfica, documental e jurídica. | Destacou a mediação escolar qualificada como instrumento de proteção de direitos e viabilização da inclusão.                                                          | Fornecer fundamentação normativa e institucional para a instituição da mediação pedagógica. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A síntese do Quadro 1 evidencia que os estudos selecionados apresentam reflexões complementares. Enquanto Montele (2025) concentra-se nos fatores institucionais associados à evasão escolar, Santos (2026) enfatiza estratégias curriculares inclusivas por meio do DUA. Iraha (2026) propõe um modelo integrador entre práticas baseadas em evidências e princípios inclusivos, ao passo que Cananéa (2020) oferece sustentação jurídica para as ações de suporte especializado. Essa diversidade de abordagens permite uma análise multidimensional do fenômeno investigado.

## DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

A primeira categoria analítica reúne as evidências relacionadas às barreiras que dificultam a efetivação da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na EJA. A análise integrativa demonstra convergência entre os estudos ao evidenciar que tais obstáculos não decorrem exclusivamente das características do transtorno, mas, sobretudo, das condições institucionais, pedagógicas, sociais e políticas que estruturam os sistemas educacionais. Essa compreensão alinha-se ao paradigma

social da deficiência, que desloca o foco das limitações individuais para as barreiras produzidas pelos contextos organizacionais.

Essa interpretação encontra respaldo em Mantoan (2003, p. 32), ao afirmar que “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. Sob essa ótica, as dificuldades vivenciadas pelos estudantes com TEA não podem ser compreendidas isoladamente, mas em relação à capacidade da escola de reorganizar suas práticas para responder à diversidade presente em seus espaços.

Os resultados apresentados por Montealegre (2025) evidenciam que a evasão escolar de estudantes autistas na EJA está fortemente associada à insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis, à ausência de formação específica dos professores, à fragilidade do apoio institucional e às vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas pelos estudantes e suas famílias. A pesquisa demonstra que práticas pedagógicas pouco flexíveis, dificuldades de comunicação interpessoal, ausência de planejamento colaborativo e barreiras culturais constituem fatores determinantes para o abandono escolar, revelando que a permanência depende de políticas que transcendam a simples garantia de vaga.

Esses resultados dialogam com Arroyo (2017, p. 27), ao afirmar que “os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos carregam trajetórias marcadas por negações históricas de direitos”, indicando que as desigualdades sociais e educacionais acumuladas condicionam as experiências escolares desses estudantes. Quando essas desigualdades se articulam às especificidades do TEA, ampliam-se os riscos de exclusão, exigindo respostas educacionais contextualizadas e abrangentes.

Em perspectiva complementar, Cananéia (2020) argumenta que a efetivação do direito à educação inclusiva depende da concretização das garantias previstas na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) e na Lei Brasileira de Inclusão. O estudo demonstra que a ausência de mediação escolar qualificada compromete não apenas a aprendizagem, mas também a participação social, o desenvolvimento da autonomia e o exercício pleno da cidadania.

Essa compreensão converge com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 14), segundo a qual “a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular”, reafirmando que a inclusão constitui responsabilidade coletiva da comunidade escolar. Nessa perspectiva, garantir o acesso implica assegurar condições pedagógicas e institucionais que favoreçam a participação efetiva.

Os estudos também evidenciam a persistência de barreiras atitudinais: concepções equivocadas acerca das potencialidades das pessoas autistas, associadas à insegurança docente e à falta de compromisso institucional, dificultam a construção de uma cultura escolar inclusiva. Como destacam Booth e Ainscow (2011, p. 12), “a inclusão começa com o reconhecimento das diferenças entre os estudantes e o desenvolvimento das escolas de forma a responder positivamente a essas diferenças”.

Outro aspecto recorrente refere-se à organização curricular: embora a EJA seja reconhecida pela flexibilidade, muitos currículos permanecem estruturados a partir de modelos homogêneos, limitando a participação de estudantes com diferentes ritmos e formas de aprendizagem. Conforme Freire (1996, p. 25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, o que pressupõe o reconhecimento dos saberes experienciais dos estudantes da modalidade.

Por fim, a análise evidencia que a superação dessas barreiras depende de formação docente que não se restrinja à acumulação de técnicas, mas promova a reflexão crítica sobre as práticas, como defende Nóvoa (1995). Sob a perspectiva dos direitos humanos, Sassaki (2010, p. 41) ressalta que “inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência”, reforçando que a responsabilidade pela transformação recai sobre as instituições.

Síntese da categoria. A inclusão de estudantes com TEA na EJA é condicionada por fatores interdependentes de natureza pedagógica, institucional, social e jurídica. Sua efetivação exige ações integradas entre políticas públicas, gestão democrática, formação docente, reorganização curricular e fortalecimento de culturas escolares comprometidas com a diversidade e a equidade.

## FORMAÇÃO DOCENTE E ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS.

A formação docente emergiu como um dos eixos estruturantes identificados na revisão, evidenciando-se como condição indispensável para a efetivação da educação inclusiva na EJA. Independentemente do referencial teórico adotado, os estudos convergem ao reconhecer que a qualidade das práticas desenvolvidas com estudantes com TEA está diretamente relacionada à formação inicial e continuada dos professores.

Essa constatação dialoga com Nóvoa (1995, p. 25), para quem “a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente da identidade profissional”. Assim, a formação deve favorecer a compreensão da diversidade como princípio constitutivo do processo educativo.

As evidências apresentadas por Montele (2025) corroboram essa compreensão ao demonstrarem que professores e gestores da EJA relatam dificuldades significativas para atender estudantes com TEA em decorrência da ausência de formação específica. A insegurança manifesta-se na adaptação de atividades, na utilização de recursos acessíveis e na realização de avaliações compatíveis, revelando limitações estruturais das políticas de formação.

Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 43) afirma que “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e das práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino”. A inclusão exige, portanto, a ruptura com modelos pedagógicos homogêneos e transmissivos.

Em perspectiva convergente, Santos (2026) defende o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como referencial para o planejamento curricular desde sua concepção, reduzindo barreiras antes mesmo que se manifestem. Ao propor múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, o DUA desloca o foco das adaptações individuais para a construção de ambientes acessíveis a todos.

Os resultados também evidenciam a contribuição de Iraha (2026) ao propor a Mediação Comportamental Crítica (MCC), que integra pressupostos da Análise do

Comportamento Aplicada a princípios emancipatórios da educação inclusiva. Diferentemente de abordagens restritas a técnicas comportamentais, a MCC incorpora dimensões éticas e reflexivas, visando favorecer a autonomia e a participação social dos estudantes.

Essa perspectiva dialoga com a teoria histórico-cultural de Vygotsky (1997, p. 139), segundo a qual “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”. A mediação pedagógica constitui-se, assim, em processo de construção compartilhada do conhecimento.

Além disso, a reorganização das práticas exige currículos flexíveis, avaliação formativa, planejamento colaborativo e valorização das experiências de vida dos estudantes, alinhando-se à pedagogia freireana, para a qual os sujeitos são protagonistas da aprendizagem. Conforme Moran (2018, p. 4), “aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos e aplicamos os conhecimentos em situações concretas”, o que reforça a pertinência de metodologias ativas.

Síntese da categoria. A formação continuada e específica dos professores é condição essencial para a inclusão de estudantes com TEA na EJA. Práticas fundamentadas no DUA, na mediação crítica, na flexibilização curricular e na valorização das experiências dos estudantes ampliam as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento humano.

## **ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA**

A terceira categoria reúne evidências sobre acessibilidade, tecnologias assistivas e mediação no processo de ensino e aprendizagem. Os estudos convergem ao reconhecer que o acesso à escola não assegura, por si só, a permanência e a participação efetiva, sendo necessária a articulação entre planejamento curricular, recursos, mediação e gestão escolar.

Essa compreensão alinha-se a Sassaki (2010, p. 41), para quem “inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência”, transferindo a responsabilidade da adaptação do estudante para a instituição.

Santos (2026) atribui centralidade ao DUA como estratégia preventiva de eliminação de barreiras. Conforme Rose e Meyer (2002, p. 34), “o currículo deve ser suficientemente flexível para acomodar as diferenças entre os estudantes, em vez de exigir que sejam os estudantes a se adaptarem ao currículo”. Essa abordagem beneficia toda a comunidade escolar, ao reconhecer a variabilidade humana como inerente à aprendizagem.

Iraha (2026) amplia a discussão ao defender que a mediação pedagógica deve transcender a aplicação de técnicas, incorporando dimensões éticas e reflexivas que favoreçam o protagonismo estudantil. Vygotsky (1997, p. 47) reforça que “o defeito por si só não decide o destino da personalidade; as consequências sociais de sua realização é que desempenham papel decisivo”, destacando a importância do suporte oferecido.

Cananéa (2020) ressalta que a mediação escolar especializada constitui direito assegurado pela legislação brasileira, devendo integrar-se ao planejamento pedagógico e não substituir a atuação docente. A Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008, p. 11) corrobora ao definir que o atendimento especializado deve “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras”.

Montele (2025) demonstra que a ausência de recursos acessíveis, apoio especializado e articulação entre a equipe escolar e as famílias está associada à maior evasão. Quanto às tecnologias assistivas, Galvão Filho (2009, p. 28) destaca que elas representam “instrumento de mediação que amplia a funcionalidade, favorece a autonomia e promove a inclusão”, embora Kenski (2012, p. 46) adverte que “as tecnologias, por si mesmas, não transformam a educação; são as formas como são utilizadas pelos professores que produzem mudanças”.

Síntese da categoria. Tecnologias assistivas, acessibilidade curricular, mediação qualificada e gestão colaborativa são dimensões indissociáveis para a promoção da

aprendizagem. A efetivação da inclusão depende da articulação desses elementos, e não da adoção isolada de recursos.

## CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS E LACUNAS DO CONHECIMENTO

A síntese integrativa evidencia consenso entre os estudos quanto à natureza multidimensional da inclusão, que depende da articulação entre políticas públicas, gestão, formação docente e reorganização das práticas. Conforme Booth e Ainscow (2011), trata-se de um processo contínuo de transformação das culturas, políticas e práticas escolares.

Os trabalhos concordam, ainda, que o acesso é condição necessária, mas não suficiente, para a garantia do direito à educação, sendo indispensável assegurar permanência, participação e qualidade do ensino. Há consenso, também, sobre o papel estratégico da formação docente, embora haja diferentes proposições metodológicas para sua efetivação.

As perspectivas complementares dos estudos revelam a complexidade do tema: enquanto alguns focam nos fatores da evasão, outros na estrutura curricular, na mediação ou na normatização jurídica. Essas abordagens não são excludentes, mas reforçam a necessidade de investigações interdisciplinares.

Como principal lacuna, destaca-se a reduzida produção científica especificamente voltada à inclusão de estudantes com TEA na EJA, com predominância de estudos teóricos e escassez de pesquisas empíricas, longitudinais e de intervenção. Além disso, há limitação na diversidade regional das investigações, dificultando generalizações para o contexto nacional.

Do ponto de vista metodológico, recomenda-se a adoção de delineamentos mistos, pesquisas colaborativas e estudos que contemplem a perspectiva dos próprios estudantes e suas famílias. Conforme Minayo (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa permite compreender “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, dimensões centrais ao fenômeno investigado.

Em síntese, a inclusão de estudantes com TEA na EJA requer abordagem sistêmica, alinhada ao princípio do direito à educação ao longo da vida e ao compromisso com a justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Revisão Integrativa da Literatura permitiu compreender o estado do conhecimento acerca da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Educação de Jovens e Adultos. Embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente no reconhecimento desse direito, persistem desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que limitam sua concretização.

Os resultados evidenciam que a efetivação da inclusão depende da articulação sistemática entre políticas públicas, gestão democrática, formação docente continuada, reorganização curricular, acessibilidade ampla e fortalecimento do atendimento educacional especializado. A formação profissional não deve restringir-se a conhecimentos sobre o transtorno, mas promover a compreensão da diversidade como princípio estruturante da ação educativa, com base em referenciais como o DUA e a MCC.

A acessibilidade deve ser compreendida em sentido ampliado, abrangendo dimensões físicas, comunicacionais, curriculares, tecnológicas e relacionais. Recursos e tecnologias são instrumentos relevantes, mas devem integrar-se ao planejamento pedagógico para produzir efeitos significativos.

Constatou-se, ainda, a incipiência da produção científica sobre a temática, com predominância de estudos teóricos e escassez de investigações empíricas realizadas no contexto da EJA. Essa lacuna indica a necessidade de ampliar a agenda de pesquisas na interface entre Educação Especial e EJA, com diferentes abordagens metodológicas e recortes regionais.

Como contribuição, o estudo sistematiza o conhecimento disponível, identificando consensos e lacunas, e oferece subsídios para a formulação de políticas, a formação de profissionais e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Conclui-se que a inclusão de estudantes com TEA na EJA exige o fortalecimento de uma cultura escolar fundamentada na equidade, acessibilidade e participação. Trata-se de compromisso ético, político e pedagógico com a garantia do direito à educação ao longo da vida, que deve se constituir em princípio estruturante de uma educação democrática e socialmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CANANÉA, Aline de Lima. **A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**: o papel da mediação escolar. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2020.
- FEUERSTEIN, Reuven; RAND, Yaacov; RYNDERS, John E. **Don't accept me as I am**: helping "retarded" people to excel. New York: Plenum Press, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva**: apropriação, demanda e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Educação inclusiva e educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 17-32, 2011.
- IRAHA, Marcelo. **Mediação Comportamental Crítica**: contribuições da Análise do Comportamento Aplicada para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Educação de Jovens e Adultos. 2026. Artigo científico.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Luciana Aparecida; SILVEIRA, Regina Célia Fraga da; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na educação. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 697-704, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTELE, Josenilton da Silva. **Educação de Jovens e Adultos e Transtorno do Espectro Autista: fatores associados à evasão escolar no estado do Maranhão**. 2025. Artigo científico.

NÓVOA, António (Org.). **Os professores e sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ROSE, David H.; MEYER, Anne. **Teaching every student in the digital age: Universal Design for Learning**. Alexandria: Association for Supervision and Curriculum Development, 2002.

SANTOS, Paula Cristina dos. **Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia para inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Educação de Jovens e Adultos**. 2026. Artigo científico.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Fundamentos de defectologia**. Havana: Pueblo y Educación, 1997.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: outubro de 2025.